

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL – CMPC****BIÊNIO 2016-2018****ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA**

No dia 25/01/2015 realizou-se em Uberlândia, na Oficina Cultural, a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural, biênio 2016-2018. Estiveram presentes os conselheiros titulares e suplentes que assinaram a lista de presença em anexo. Constatada a presença de quórum regimental com o total de 11 conselheiros em segunda chamada, foi dado início à reunião, às 19h. Os trabalhos foram conduzidos pelo Presidente Vasco Luís Guimarães Lobo e pela Segunda Secretária, Laís Batista. Foi apresentada a proposta de pauta, com os seguintes pontos: 1) Aprovação da ata da 01ª Reunião Ordinária; 2) Informes; 3) Apresentação dos nomes dos representantes do Poder Público no CMPC; 4) Relatório atual da Gestão da Secretaria Municipal de Cultura: transição entre governos, pendências e prioridades; 5) PMIC: repasses de incentivo à projetos aprovados no Fundo Municipal e Incentivo Fiscal; 6) Calendário CMPC 2017; 7) Criação Página Conselho no Facebook. O sétimo ponto de pauta foi proposto pelo Presidente no momento de apresentação da pauta. Com 10 votos favoráveis e uma abstenção a pauta foi aprovada pela plenária. No primeiro ponto, a ata da reunião anterior foi votada sendo aprovada com 09 votos favoráveis e 02 abstenções. Em seguida foi aberta a palavra para os informes. O conselheiro Luiz Rogério, representante do setorial de música, convidou os presentes para o lançamento de documentário “Contação de História do Bairro Patrimônio” que ocorrerá no dia 25 de Fevereiro de 2017 no Terreirão do Samba, bairro Patrimônio, em Uberlândia-MG. Informou ainda que haverá distribuição gratuita do documentário para aqueles que comparecerem no evento de lançamento. Antes de passar ao 3º ponto de pauta Guimarães Lobo lembrou que essa reunião apresentava uma situação atípica, pois, alguns membros desse conselho, representantes do poder público, inclusive aqueles indicados pelo poder público a compor a diretoria executiva, ainda não haviam sido nomeados oficialmente no Diário Oficial do Município (DOM) até a presente data. Diante disso, o Presidente apresentou à plenária os representantes do poder público ali presentes, ainda não nomeados; chamou atenção também para a presença dos representantes da CAS – Comissão de Avaliação e Seleção, e ainda ressaltou a importância da presença de membros da sociedade civil ali presentes representando seus setoriais. Na sequência, o Presidente colocou em votação o direito à voz a Mônica Debs Diniz, para que ela discorresse sobre o 3º ponto de pauta. A solicitação do Presidente foi aprovada por unanimidade pela plenária. Em seguida, Mônica Debs discorreu sobre o processo de transição entre gestões da Secretaria Municipal de Cultura e nomeações de representantes do poder público na nova gestão que ocorreram no último dia 20/01/2017, porém, ainda não publicadas no DOM. Explicou que pelo fato de ainda não ter sido publicada no Diário Oficial do Município o ato normativo dessas nomeações, os representantes do poder público ali presentes não poderiam exercer nessa reunião sua representação. Mônica apresentou os nomes indicados e que serão publicados até o mês de fevereiro de 2017, a saber: na representação da Secretaria Municipal de Cultura foram indicados a) Mônica Debs Diniz (titular) e Aryadne Cristiny Oliveira Amâncio (suplente); b) Leciane Leandra Medeiros (titular) e Flávio de Jesus Bernardes (suplente); c) Rosa Maria Marra Dias (titular) e Tatiana Rangel Ribeiro (suplente); na representação da Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico foram indicados Thais Tormin Porto Arantes (titular) e Thalita Asperti Travencolo (suplente); na representação da Diretoria da Igualdade Racial foram indicados Pollyana Fabrini Silva (titular) e Mirella Olício Guimarães (suplente); na representação da Diretoria da Juventude foram indicados Iris Carmen Comácio (titular) e Marilane Santos (suplente); na representação da Diretoria de Operação dos Distritos foram indicados Lisemaura Aparecida dos Santos Jacobi (titular) e Luis Paulo Ferreira Rocha (suplente); na representação da Diretoria da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Urbana foram indicados Carlos Geraldo da Silva (titular) e Mayra Ríspoli Rodrigues (suplente); na representação da Secretaria de Educação foram indicados Leila Maria Cardoso Santos (titular) e Marilaine Oro Mayer (suplente); na representação da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento foram indicados Elias Ferreira Bento (titular) e Laise Lagoa Ribeiro (suplente). Até a presente data não foram indicados os representantes do Poder Legislativo; a Diretoria de Cultura da Universidade Federal de Uberlândia – Dicult indicou como seu representante titular Alexandre José Molina; a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo requereu sua saída do CMPC resultando numa vacância de uma representação do Poder Público neste Conselho. Diante dessa vacância, Guimarães Lobo questionou Mônica Debs se haverá alguma mudança na lei do CMPC quanto à nomeação ou estrutura do Conselho; lembrou que instituições como a ACIUB já demonstraram, em outro momento, interesse em participar do CMPC e, por fim, sugeriu a inclusão na pauta da próxima reunião ordinária, a discussão sobre as representações no CMPC. Passando à discussão do 4º ponto de pauta, Mônica Debs apresentou o relatório de transição de gestão administrativa da Secretaria Municipal de Cultura. Explanou sobre a dificuldade que a equipe da gestão atual teve para ter acesso à íntegra dos dados da gestão anterior; a ausência de informação tem dificultado o trabalho iniciado ainda em novembro de 2016 com a equipe de transição de governo. Relatou que a equipe atual de gestão ainda não consegue ter a dimensão do todo e que tem se assustado ao ter acesso aos dados que foram disponibilizados e encontrados nesse processo. Ressaltou que a equipe atual foi constituída envolvendo grande parte dos funcionários efetivos, e que a equipe está abalada emocional e profissionalmente. Até o momento foi identificado que será necessário novo organograma da SMC diante das demandas que são outras. Informou que projetos que faziam parte do Plano Municipal de Cultura não foram cumpridos e que será necessário reaver os projetos institucionais da SMC e seus conceitos juntamente ao CMPC. Relatou que inicialmente o trabalho da equipe administrativa tem sido no levantamento

de dados para entender o panorama atual. A equipe tem visitado e fotografado os espaços da SMC e nesse processo encontrado ausências por parte da gestão anterior. Falou ainda sobre as dificuldades na contratação de pessoal administrativo por conta da legislação vigente, a escassez de recursos, e o saldo devedor da última gestão. Diante desse quadro foi montada uma estratégia junto ao Ministério Público, na qual, as comissões dentro da secretaria serão acompanhadas pelo ministério público no atestar das condições legais para execuções de obras, serviços e gestão de recursos. Após essa explanação sobre o processo de transição entre gestões governamentais e os desafios da atual gestão, Mônica Debs passou ao próximo ponto da pauta, sobre a situação de pagamentos em atraso dos projetos do PMIC, fundo municipal e incentivo fiscal. A equipe atual procurou entender a razão para os atrasos nos pagamentos dos projetos PMIC (2015/2016) e vê-se diante do desafio de pagar esses projetos com orçamento de 2017. A atual gestão da Secretaria entrou em contato com a Secretaria de Finanças e acordaram a liberação de pagamentos dos projetos aprovados no fundo municipal nos anos 2015 e 2016 de acordo com o fluxo de caixa. Para estabelecer uma ordem na liberação dos pagamentos os projetos, estão sendo analisados os relatórios de execução física e financeira mensais apresentados pelos proponentes à SMC durante a execução de cada projeto. Em relação aos projetos de incentivo fiscal criou-se um impasse: receberão os recursos somente os projetos de captação de recurso listados pela CAS no final de 2016 pela CAS como aptos a receber. Serão analisados os projetos e suas respectivas prestações contas. Aqueles que estiverem aptos terão a captação de recursos liberada. Mônica ressaltou que os projetos do PMIC aprovados em 2016 para execução no exercício de 2017 não poderão ser iniciados até que sejam pagos os projetos em atraso dos últimos dois anos. Depois de concluída essa etapa terá início o pagamento dos demais projetos aprovados. A explanação de Mônica Debs foi pausada para que a plenária apresentasse suas dúvidas diante do exposto por ela. Porém, antes de abrir à participação da plenária foi votado sobre o direito à voz aos demais participantes que não tinham representação enquanto conselheiros. Com 11 votos a favor e 1 abstenção foi aprovado o direito à voz aos demais participantes nessa assembleia. Seguindo as inscrições de fala na plenária, Guimarães Lobo lembrou que há projetos aprovados no Incentivo Fiscal que poderiam receber todas as parcelas uma vez que, já que estão com as D.Is homologadas, prática comum desde o início do PMIC, mas que estão com a captação bloqueada pelo poder público; discordou sobre a necessidade de lei específica, uma vez que as D.Is foram lançadas; questionou ainda sobre como serão pagas as dívidas da SMC com os pareceristas da CAS. A conselheira Juliana, representante do setorial de Artesanato e Design, questionou sobre a situação dos projetos aprovados para 2017. O conselheiro Andrielle, na representação do setorial de Artes Visuais, fez observações a respeito do orçamento de manutenção da SMC para o ano vigente e lembrou que a gestão anterior não cumpriu o percentual de orçamento previsto na projeção do Plano Municipal de Cultura, reduzindo o percentual e a meta; avaliou como grave o fato de não terem sido empenhados os pagamentos devidos à CAS no ano de 2016; observou que na gestão do último governo foi muito difícil a comunicação da Secretaria de Cultura com a Secretaria de Finanças e sugeriu que seja colocado como meta do novo governo melhorar essa comunicação; por fim, o conselheiro lembrou que outro fato grave é que não houve o repasse do ICMS cultural por parte da Secretaria de Finanças à Secretaria de Cultura. Na sequência, Mônica Debs discorreu sobre os questionamentos apresentados até o momento. Reafirmou que o orçamento de 2016 findou-se e que daqui para frente é importante que os relatórios da aplicação dos recursos estejam fieis para que a comissão possa trabalhar corretamente. Ressaltou o empenho de Iara Magalhães, então Secretária de Cultura e Ênio Bernardes, então Assessor, que trabalharam até o último momento daquela gestão e encaminharam as requisições para que fossem realizados os pagamentos e empenhos devidos. Mônica afirmou mais uma vez que a Secretaria está empenhada em resolver essas questões e que estão trabalhando nesse processo de colher dados para conduzir a correção desta situação deixada pela gestão anterior. Sobre o pagamento dos projetos de incentivo fiscal aprovados para o ano de 2017, Mônica lembra que prevalecerá o direito resguardado pelo edital. Sobre o percentual de orçamento previsto para cultura no município (0,63%) apontou que na gestão passada houve o orçamento, mas o mesmo não era aplicado e não se sabe ainda porque o orçamento só diminuía. Várias outras despesas não foram pagas e estão em atraso como a vigilância do Teatro Municipal, por exemplo. Informou que as secretarias têm trabalhado com comissões para fazer o levantamento de toda a dívida e pendências da gestão anterior. Sobre os pagamentos da CAS observou que realmente não foram empenhados, mas que a secretaria irá pagar mediante autorização legal e respaldo do Tribunal de Contas de Minas Gerais e do Ministério Público. Quanto ao diálogo da secretaria de cultura com as demais secretarias, Mônica ressalta que são outras pessoas que assumiram os cargos que as compõe e que, diante disso, estão otimistas para que o diálogo seja diferente daquele ocorrido nos últimos anos. Sabe da importância do repasse do ICMS cultural e que por lei deve ser aplicado no patrimônio e que isso não ocorreu. Na sequência, Leciane Leandra Medeiros, na condição de sociedade civil, hoje indicada a compor o CMPC na representação da secretaria de cultura e que, futuramente, terá publicada oficialmente essa representação, fez observações de forma a contribuir nas respostas aos questionamentos até aqui apresentados. Leciane observou que há fornecedores em crédito com a prefeitura; pagamentos empenhados e não empenhados; alguns dos pagamentos empenhados no dia 29 de dezembro de 2016 foram anulados no dia 30 de dezembro de 2016, um dia após o empenho ser realizado. Observou ainda que foi decretado estado de calamidade pela ausência de recursos do município. Afirmou que está previsto para os próximos dias desse mês o pagamento dos projetos empenhados. Foram formadas subcomissões que analisarão cada despesa para posterior autorização de pagamentos. No caso dos projetos não empenhados, assim como dos pagamentos da CAS, haverá um parecer de uma comissão no processo sobre esse caso; a comissão analisará a forma de viabilizar o pagamento. Reforça que essa é outra administração e que traz uma nova forma de governo onde cada secretaria é um organismo, parte do governo, e que cada uma dessas partes irá cooperar para o funcionamento do governo como todo. Após a participação de Leciane, foi passada

a palavra ao conselheiro Robson Albuquerque, representante do setorial de literatura, livros e leitura. Este ressaltou o papel do conselho no acompanhamento e cobrança das medidas adotadas pela gestão cultural do município, principalmente naquilo que se diz respeito à vontade política. Lembra a importância do PMIC na história do município e que, portanto, o conselho deve debater junto à secretaria o investimento nesse programa via entrelaçamento da secretaria de cultura com as demais secretarias e com os aparelhos sociais; defende a preservação do PMIC uma vez que é o único programa de financiamento de cultura do município. Finalizada a fala de Robson, o Presidente Guimarães Lobo fez a proposição à plenária que as falas dos participantes tivessem tempo máximo de 3 minutos por inscrito. Mônica disponibiliza-se para conversar com cada uma das pessoas interessadas sem necessidade de agendamento. Em seguida lembra que um dos motivos pelos quais não haverá a realização da festa de carnaval pelo município se deve também pela inadimplência da Assossamba junto ao município, na última prestação de contas, o que a impede de receber recursos públicos neste momento até que se regularize a situação. O conselheiro Alexandre Molina, até então representante do setorial dança, informa que em breve passará a representar a Dicult – após publicação oficial no DOM, mas que, ainda como representante da dança, gostaria de apresentar algumas questões. Uma delas é da necessidade de valorização dos setoriais junto à sociedade civil e da clareza dos seus representantes para que os assuntos referentes a este setorial sejam discutidos nesse espaço legalmente instituído. O conselheiro lembra que o CMPC e a classe artística ainda não teve retorno do Festival de Dança realizado em 2016 e solicita que esse balanço do festival seja repassado ao conselho. Diante dessa fala, Mônica reconheceu que a comissão do festival, em alguns momentos, assumiu as funções do setorial de dança. Passada a fala ao representante da CAS presente, Luciano Pereira Silva, este afirma que há um constrangimento e prejuízo por parte de todos os envolvidos na CAS e CMPC diante da atual conjuntura do município; reconhece que a postura do último governo se deu para que se “ganhasse” tempo e desabafa que não tolera mais a situação de serem protelados os devidos pagamentos. Finaliza sua fala expressando sua expectativa no atual governo/gestão para que se cumpra a lei que até agora não foi cumprida. Mônica Debs resalta que só soube de muitas informações e dados após acompanhar a secretaria no processo de transição, a exemplo do caso do Teatro Rondon que será interditado. O conselheiro Júlio Cesar, representante do Conservatório Estadual de Música Cora Pavan Caparelli, elogia a capacidade do trabalho da Mônica desempenhado em gestões passadas e mostra-se confiante na atual gestão; também exortou a nova secretária para que tentasse viabilizar o carnaval de rua junto ao atual prefeito, posto que é significativa na história e memória de Uberlândia a permanência e resistência do carnaval. Mônica Debs respondeu que existe um decreto que impede a disponibilização de verba neste caso em que a Assossamba está em débito com a prestação de contas do ano passado. Júlio César argumentou que o decreto não tem validade federal, sendo apenas um alerta para a sociedade para dizer que existe algo errado com as contas, mas, que todo processo administrativo deve ser mantido, que se trataria mais de uma vontade política da atual administração. O conselheiro também solicitou ajuda dos outros conselheiros para poder entrar em contato com a Assossamba para ver a possibilidade de ajudar. Diante dessa proposição, Alexandre Molina lembra a importância de se consultar o setorial responsável em discutir a realização do carnaval e sugere que Júlio procure o representante desse setorial para saber se há por parte do setorial o interesse em regularizar essa situação. Mônica Debs finaliza sua participação na reunião mencionando algumas das propostas dessa nova gestão: a importância de rever os pilares da secretaria de cultura; das ações para implementação do MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil no município, cujo Decreto de regulamentação passou a ter vigência em 01/01/2017- diante disso a secretaria tem pensado em uma estratégia para gestão de projetos, busca de editais, atendimento e auxílio aos produtores/gestores de cultura no município no que diz respeito à capacitação, elaboração de projetos e prestação de contas; a respeito do repasse de recursos às entidades, esse será feito mediante edital público que selecionará as melhores propostas de trabalho; assistência da secretaria no atendimento ao público para apoio na participação em editais de seleção de projetos custeados por entes públicos, além da disponibilização de quatro advogados para auxiliar nas questões jurídicas, cuja demanda está grande neste momento; disposição de contador e assistentes financeiros, profissionais que serão braços da sociedade dentro do poder público; além de contar com várias representações dentro da atual secretaria, a exemplo da representação da igualdade racial que passa a compor essa secretaria. Finalizada a palavra de Mônica Debs, o presidente Guimarães Lobo conduziu a discussão para os dois últimos pontos da pauta. Sobre o calendário anual de reuniões ordinárias do CMPC, lembrou que a conselheira e 2ª secretária Laís Batista fez uma sugestão de calendário que será enviada a todos os conselheiros por e-mail a fim de ser apreciada e votada na próxima reunião. Informou que a próxima reunião do CMPC ocorrerá no dia 22/02/17 na Casa da Cultura e que a convocatória será enviada a todos juntamente com a proposta de calendário. E na discussão do último ponto de pauta, Guimarães Lobo avalia que a criação do evento no facebook realizada por um dos conselheiros convidando para a presente reunião foi uma decisão isolada do conselheiro e que precisamos ter o cuidado para que ações como essa não voltem a ocorrer. Sugeriu a criação de uma página do CMPC no facebook, para participação dos conselheiros titulares, suplentes e demais interessados a fim de ser mais um canal de comunicação. A proposta foi aprovada pela plenária por unanimidade. O presidente finalizou a reunião às 20h:40min, parabenizando os presentes pela participação. Nada mais havendo a tratar, eu, Laís Batista Costa, relatora desta reunião, lavrei a presente Ata, a qual será apresentada na próxima reunião ordinária do CMPC.

**Lais Batista Costa - 2ª Secretária**